



O estado e as políticas de branqueamento da população nas escolas, nas primeiras décadas do século XX, no Paraná

Valquiria Elita Renk

Curso de Ciências Sociais, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Rua Imaculada Conceição, 1155, 80215-901, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: valquiria.renk@pucpr.br

RESUMO. As políticas de branqueamento da população foram incorporadas nas escolas do Paraná, nas primeiras décadas do século XX. Estas estavam ancoradas em teorias raciais vigentes no Brasil, desde século XIX. As questões de pesquisa são como as teorias raciais encontraram aplicação nas escolas? Como fazer chegar aos caboclos e aos colonos as lições de higiene física e mental? As fontes de pesquisa são os Relatórios de Governo dos anos de 1920, a Revista *O Ensino*, publicada pela Diretoria da Educação do Paraná em 1922, os jornais escolares como a *Imprensa Escolar*, publicados pelas escolas do Paraná de 1939 a 1942, a *Revista Labor*, publicada no Paraná de 1940 a 1942 e a *Revista Escoteiro do Brasil* de 1939. As fontes permitem que se compreenda como as políticas estatais de branqueamento e 'civilizar' as atitudes e os modos da população foram incorporadas nas escolas do Paraná. Assim, a higiene e educação associaram-se na conformação e homogeneização da população para disciplinar os corpos e as atitudes. Os discursos eugênicos foram veiculados por juristas, pedagogos e filantropos. O professor iria combater os males, para a conversão e produção do cidadão nacional: saudável, disciplinado e trabalhador.

Palavras-chave: educação, políticas públicas, eugenia.

The state and the population whitening policies in schools in the early twentieth century in the state of Paraná, Brazil

ABSTRACT. In the early twentieth century, population's whitening policies were incorporated in schools in the state of Paraná, Brazil. Whitening policies were rooted in racial theories prevailing in Brazil since the nineteenth century. Current research deals with such issues as: How were racial theories applied in the schools? How were the mixed-race Brazilians (*caboclos*) and settlers taught physical and mental hygiene? Research sources comprise Government Reports in the 1920's, the magazine *O Ensino*, published by the Board of Education of the state of Paraná in 1922, school journals, such as *Imprensa Escolar*, published by the schools in the state of Paraná from 1939 to 1942, the *Revista Labor*, published in the state of Paraná from 1940 to 1942 and the *Revista Escoteiro do Brasil* of 1939. The above sources demonstrate how the state's whitening policies and its endeavor to 'civilize' the population's attitudes and manners were incorporated in the schools of Paraná. Hygiene and education were associated in the shaping and homogenization of the population to discipline bodies and attitudes. Eugenic speeches were broadcasted by lawyers, educators and philanthropists and teachers had to combat evil for the conversion and the production of the national citizen who should be healthy, disciplined and hardworking.

Keywords: education, public policies, Eugenics.

El estado y las políticas de blanqueamiento de la población en las escuelas, en las primeras décadas del siglo xx, en Paraná

RESUMEN. Las políticas de blanqueamiento de la población fueron incorporadas en las escuelas de Paraná en las primeras décadas del siglo XX. Éstas estaban basadas en teorías raciales vigentes en Brasil desde siglo XIX. Las cuestiones de la investigación son: ¿cómo las teorías raciales encontraron aplicación en las escuelas?; ¿cómo hacer con que llegara a los caboclos y a los colonos las lecciones de higiene física y mental? Las fuentes de investigación son los Informes del Gobierno de los años de 1920; la Revista *O Ensino*, publicada por la Dirección de la Educación de Paraná en 1922; los periódicos escolares como la *Imprensa Escolar*, publicados por las escuelas de Paraná de 1939 a 1942; la *Revista Labor*, publicada en Paraná de 1940 a 1942 y la *Revista Escoteiro do Brasil* de 1939. Las fuentes permiten que se comprenda cómo las políticas estatales de blanqueamiento y de 'civilizar' las actitudes y los modos de la población fueron incorporadas en las escuelas de Paraná. Así, la higiene y educación se asociaron en la conformación y homogeneización de la población para disciplinar los cuerpos y las actitudes. Los discursos eugénicos fueron transmitidos por juristas, pedagogos y filántropos. El profesor iría a combatir los males, para la conversión y producción del ciudadano nacional: saludable, disciplinado y trabajador.

Palabras clave: Educación, Políticas Públicas, Eugenesia.

Introdução

Este artigo objetiva discutir as políticas eugênicas e sanitárias das primeiras décadas do século XX e sua apropriação pela escola, na formação do cidadão nacional. O Brasil, um país com uma população tão heterogênea, buscava por meio da escola e das políticas educacionais a homogeneização da população.

O recorte espacial é o Paraná, um Estado pluriétnico, que no século XIX recebeu inúmeros grupos de imigrantes europeus, como ucranianos, poloneses, italianos, alemães e outros. Não se pode deixar de considerar que no território paranaense havia os indígenas e os afrodescendentes. A maioria da população tinha a pele branca, então não havia razão para branquear a população, mas melhorá-la por meio da higiene e da educação física. Paulatinamente, as correntes eugênicas ganharam espaço no Paraná, no início do século XX, com a pretensão de melhorar a constituição física e mental da população. As escolas adequavam-se aos discursos dos higienistas, de ‘melhorar a população’ por meio da educação escolar (BERTUCCI, 2007; MARQUES, 1994; SCHWARCZ, 1993).

Nesta perspectiva, as questões que norteiam esta pesquisa são como as teorias raciais encontraram aplicação nas escolas? Como fazer chegar aos caboclos e aos colonos as lições de higiene física e mental? Como sanear-lo dos males e vícios, por meio dos saberes escolares, transmitidos à infância?

As fontes de pesquisa são os Relatórios de Governo, produzidos pela Inspeção de Ensino, a legislação educacional, os Códigos de Ensino que normatizavam e organizavam o funcionamento escolar, do período histórico deste artigo. Também os jornais e revistas escolares, sendo eles: *Revista Ensino*, (de 1922), a *Imprensa Escolar*, *Revista Labor* e *Escoteiros do Brasil*, produzidos por professores e alunos durante o Estado Novo.

Os Relatórios de Governo e os Relatórios dos Inspectores de Ensino caracterizam-se como importante fonte documental, são os documentos oficiais, que descreviam e relatam as condições de funcionamento, a frequência dos alunos e outros indicadores estatísticos, destas instituições e os esforços do Estado na implantação de uma política homogênea de educação. A Inspeção de Ensino fiscalizava as escolas e as visitas eram registradas em livros próprios e relatórios, como também sugerindo o fechamento de algumas, principalmente nas áreas de imigração, onde não se ensinava em língua portuguesa.

A legislação educacional é importante fonte de pesquisa, por meio dos Códigos de Ensino e das leis,

que normatizavam as ações do Estado e a institucionalização de ações para uniformizar o funcionamento das escolas, homogeneizar os saberes e o estabelecimento de sanções no caso de descumprimento. O Estado detinha o poder simbólico para impor, regular, inspecionar, por meio de leis, decretos e regulamentos e também aplicar sanções por meio de mecanismos específicos, como a aplicação de multas ou fechamento das escolas (BOURDIEU, 2007).

Neste artigo serão analisadas publicações de professores e estudantes. Os jornais e revistas escolares permitem conhecer a implantação das políticas de ensino do Paraná, entre elas, as de homogeneização dos conteúdos escolares. A *Revista Ensino*, elaborada e divulgada pela Inspeção Geral de Ensino de 1922, era dirigida aos professores da rede pública de ensino e possibilitava conhecer as políticas educacionais do Estado, naquele período. Neste artigo serão analisadas as seguintes publicações: a *Imprensa Escolar*, a *Revista Labor* e a *Revista Escoteiro do Brasil*, foram produzidas por alunos e professores, nos anos de 1930, divulgava de maneira ufanista o Estado Novo, as perspectivas depositadas na escola e na juventude, para o porvir.

Estas fontes também possibilitam conhecer as representações do Estado sobre a população e o seu papel de introjetar e inculcar a cultura nacional. O cotejo das fontes possibilita a apreensão das tensões entre o Estado e as escolas e dos impactos da legislação escolar na organização escolar, no período ora abordado. Faria Filho (1998) proporciona a reflexão de que é preciso entender a legislação escolar como expressão e imposição, e também na sua dinamicidade: por quem foi produzida, em que situação social e como foi interpretada. Assim, os Códigos de Ensino do Paraná, nas primeiras décadas do século XX, são compreendidos como instrumento de Estado na imposição de valores para a formação do cidadão e na sua dinâmica de interpretação e de resistência dos sujeitos da Educação.

Pierre Bourdieu (1996, 2007) possibilita compreender o papel do Estado na institucionalização de ações simbólicas e coercitivas, como a criação de instrumentos de imposição das políticas de nacionalização, políticas sanitárias e de higienização. Também cabe ao Estado a formulação de uma legislação escolar que manifeste as intenções na homogeneização dos saberes escolares, na uniformização dos livros escolares e dos horários e calendários.

Existe então uma relação de poder do Estado para com a população, entendendo-se como poder toda “[...] probabilidade de impor a própria vontade

numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento destas probabilidades” (WEBER, 1991, p. 33). Para alcançar os objetivos propostos para a Educação, no Paraná foram instituídas medidas de fiscalização e controle estatal das atividades pedagógicas dos professores, por meio das inspeções escolares, preenchimento de formulários e estatísticas escolares. Max Weber (1991) entende que o Estado reivindica para si o monopólio legítimo da coação física para realizar as ordens vigentes. Um olhar mais acurado destas políticas de Estado, por meio dos mecanismos da biopolítica, vê a intenção de produzir corpos saudáveis e fortes. Para obter os resultados esperados, o Estado, por meio da biopolítica, controla os corpos sociais, pelo sistema jurídico das leis e das normas. “[...] a vida e seus mecanismos entram no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (FOUCAULT, 1999, p. 154).

Apontamentos históricos para entender as matrizes teóricas entre educação e raça

Atualmente no Brasil estão em pauta as políticas sociais e educacionais de inclusão social e de respeito às diferenças. Mas, um panorama muito diferente, se apresentava até meados do século XX, quando estavam em discussão as teorias para explicar racialmente a população. Era o momento de formação do cidadão nacional e do sentimento de pertencimento nacional, através da escola.

O Brasil, formado por uma população tão heterogênea, as teorias raciais poderiam justificar a igualdade jurídica, mas não social. Os teóricos da época, que muito influenciaram o pensamento brasileiro, como Goubineau e Agassiz, afirmavam que as características morais eram transmitidas biologicamente (DA MATTA, 1981; SKIDMORE, 1976). Desta forma os mestiços, no Brasil, que eram a maioria da população, apresentavam-se como um problema, pois eram depositários de taras e defeitos decorrentes da herança biológica, segundo entendimento da época. Assim, o controle social da população, que no século XIX se colocava com a necessidade do branqueamento da população, através da ‘importação’ de mão de obra branca, no século XX viria através das propostas e teorias eugênicas, disseminadas nas escolas. Foucault (2002) analisa estas políticas eugênicas como as políticas de biopoder, implementadas pelo Estado para regular e controlar a população.

Nas primeiras décadas do século XX, a ‘redenção’ da nação seria pensada pelos intelectuais, organizada pelas políticas de saúde (entendidas como as políticas de higienização) e também a educação, em que os

modelos de virtude, de corpo eram do homem branco, europeu. A Europa era a referência de civilidade e progresso a ser seguida. Mesmo que nos discursos se abordava a diversidade e miscigenação da população brasileira, na prática o ‘modelo’ era do homem de cor branca, pele clara, viril e não a população indígena ou afrodescendente.

Pode-se pensar na eugenia de várias formas. Baseada em pressupostos ditos científicos, ela vinha para realçar as diferenças da população através da raça, redimensionando uma preocupação da elite brasileira, na época que era a periculosidade das classes pobres. Também a raça era percebida como fonte de degeneração “[...] os estigmas da degeneração física que apresenta são comuns de sua raça; lábios grossos, nariz esborrachado, seios enormes, pés chatos” (MARQUES, 1994, p. 37). Nesta perspectiva, a degeneração racial também era a fonte de degeneração moral, pois estes não controlavam seus instintos, aumentando a miserável prole. Desta forma, a higiene e a educação associaram-se na conformação e homogeneização da população, para disciplinar os corpos e as atitudes. Os discursos eugênicos, formulados por médicos, foram veiculados por juristas, pedagogos e filantropos.

O Estado e a escola: a saúde, a higiene e a construção do cidadão nacional

O discurso da República na primeira metade do século XX era o da expansão do sistema escolar, considerando a elevada taxa de analfabetos. Isto não impedia que os alunos negros e também os pobres frequentassem a escola. Assim, o sistema educacional seria um dos veículos de ‘criar e aperfeiçoar a raça brasileira’, tornando-a saudável, culturalmente europeia em forma física e nacionalista. Apesar das reformas educacionais, os intelectuais (Afrânio Peixoto, Fernando de Azevedo, Belisário Penna e outros) ainda associavam a brancura da pele à força, saúde e virtude, valores preservados e reforçados na escola. O sonho do Brasil moderno, desenvolvido, passava pelos significados atribuídos à raça. Explicitamente não se abordava o quesito cor, mas, a moldagem do cidadão nacional tinha uma referência: a europeia.

O professor Belisário Penna era um defensor da educação higiênica nas escolas e nos lares para assegurar a saúde biopsíquica do trabalhador. O seu discurso assegurava que médicos e professores deveriam buscar a melhoria da saúde física e mental dos brasileiros, indo de encontro às políticas de eugenia e das propostas do Movimento Sanitarista (PENNA, 1928). É preciso entender que para os

educadores brasileiros, a raça não era um fator biológico, mas, as elites brasileiras, equiparavam negritude à falta de saúde, a preguiça e à criminalidade. A brancura encarnava as virtudes desejadas de saúde, cultura, ciência e modernidade. (Esta causa era abraçada por Gustavo Capanema, Lourenço Filho, Villa Lobos e outros). Poderia se ‘escapar’ à categoria social da negritude por meio da melhoria da saúde, nível de educação e cultura ou classe social, inversamente os ‘brancos’ podiam degenerar por meio dos vícios, das doenças e da pobreza.

Nos anos de 1930/1940, apesar dos intelectuais no Ministério da Educação e no Instituto de Pesquisas Educacionais negarem a existência de raças superiores e inferiores, mas, admitiam que houvesse grupos sociais avançados ou atrasados em cultura. Portanto, neste raciocínio, era possível medir o desenvolvimento cultural. Artur Ramos que dirigiu o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental do Instituto de Pesquisa Educacional negava as diferenças raciais, mas, isolou aspectos da cultura afrobrasileira, considerando-os como inferiores considerados patológicos e necessários de serem eliminados. As crianças deveriam

[...] evitar a influencia insidiosa do logro e da superstição. Combater essa ação lenta e invisível da macumba e do feitiço que se infiltra em todos os atos da nossa vida. Olhar para a própria obra da sua formação espiritual, orientando-a aos influxos da verdadeira moral científica. (RAMOS, 1934, p. 7).

Os cuidados na educação das crianças ultrapassavam a esfera do lar. A higiene mental individual devia ceder lugar à higiene da raça com os métodos próprios da Eugenia. Nas primeiras décadas do século XX, no Paraná, a escola contribuiria com a ampliação do sistema escolar e também da higienização das massas. O Estado passou a controlar os fazeres pedagógicos dos professores e o cumprimento das determinações legais, através da Inspeção de Ensino. Portanto, o Estado detinha o poder simbólico para impor, regular, inspecionar, por meio de leis, decretos e regulamentos e também de aplicar sanções às escolas e professores que descumprissem o legalmente prescrito. (BOURDIEU, 2007). O Código de Ensino de 1917 determinava que fosse obrigação do Estado inspecionar os estabelecimentos de ensino (PARANÁ, 1917). As inspeções esquadrihavam o cotidiano escolar, vistoriando as lições, os registros de aula, as condições de funcionamento e higiene escolar e a competência dos professores. As escolas passaram a ser fiscalizadas pelos Inspectores Escolares, que criaram formulários e dados a serem

preenchidos pelos professores e também criaram a rotina das visitas escolares.

Era incumbência da escola, cunhar a criança saudável, com corpo apto, através dos saberes escolares, incluindo a Educação Física. A ginástica escolar tinha fins higiênicos e de fortalecimento dos corpos. Para o Inspetor de Ensino do Paraná, César P Martinez,

A Educação Física, considerada como base da educação moral e intelectual, deve merecer os mesmos cuidados da educação do espírito, isto é, desenvolver harmônica e progressivamente a robustez e a destreza do corpo, de acordo com as condições anatômicas e fisiológicas do educando. [...] obra de aperfeiçoamento. (PARANÁ, 1921, p. 57).

Pode-se perguntar qual era este corpo/cidadão a ser moldado? Era um corpo que regenerasse a nação, não poderia ter vícios, preguiça, indolência e nem doenças. Deveria ser um corpo moldado para ser forte e saudável, pois a infância robusta representava uma nação forte. A Inspeção de Ensino do Paraná criou em 1921 o Serviço de Inspeção Médica nas escolas, através da Lei 2.095, de 31 de março de 1921. Este Serviço faria os exames de saúde nos alunos e contribuiria com a criação dos Pelotões de Saúde, para a elevação da raça brasileira. Assim, a relação entre escola e os ensinamentos de higiene, eram entendidos pelo Estado, parte da formação do povo forte e saúde.

Nunca podemos compreender a higiene separada da escola. Um povo ignorante não pode avaliar a gravidade dos males que o afligem, nem como eles se originam, nem como se evitam, nem como se combatem. (PARANÁ, 1923, p. 21).

A Educação Física passou a ser obrigatória a partir de 1921, como uma política de formação e conformação de jovens saudáveis. Sua frequência era diária ou em dias alternados, nas escolas.

A nova Educação Física deverá formar um homem típico que tenha as seguintes características: de talhe mais delgado que cheio, gracioso de musculatura, flexível, de olhos claros, pele sã, desperto, ereto, dócil, entusiasta, alegre, viril, imaginosos, senhor de si. (LENHARO, 1989, p. 78-79).

Nesta perspectiva, a escola seria o centro irradiador para a formação harmônica de corpo e espírito. O ‘saneamento pela educação’ ocorreria quando a escola seria o instrumento cívico, de constituição e conformação do sujeito nacional. Apesar de o Estado reconhecer as diferenças raciais e sociais da população, estas eram entendidas como degenerescência ou doença, resultantes da indolência, da preguiça e do mau caráter dos

brasileiros. As teses de uma educação eugênica eram defendidas pela Associação Brasileira de Educação – ABE. Nestas circunstâncias, caberia aos professores um papel destacado na irradiação da educação e das práticas higiênicas. A higiene começaria no prédio escolar, que deveria ter janelas amplas, arejados, paredes pintadas, iluminação e mobiliários ergométricos. Também os exames antropométricos e de saúde, assim como as Inspeções Médicas e os Pelotões de Saúde, seriam decisivos na ‘elevação da raça’. Em Curitiba edificaram-se os prédios dos Grupos Escolares, como símbolo da modernização, segundo estes preceitos.

No período entre as Grandes Guerras Mundiais, os médicos e os cientistas sociais usaram a escola como arena para as ações sociais. A educação elementar estava impregnada de noções de nacionalismo, saúde, higiene, forma física, canto orfeônico e treinamento pré-vocacional. Era preciso ‘embranquecer’ o comportamento e as condições sociais do povo brasileiro.

Os professores ensinavam aos alunos, que, ser parte da raça era a chave para a cidadania e para o sucesso. Na prática isso significava o ‘embranquecimento’ comportamental: ou seja, descartar as práticas culturais africanas e indígenas. Na escola comemorava-se o Dia da Raça, ou seja, da raça branca. O Estado Novo expandiu os programas e as práticas que lidavam com a raça. Foi criado o Ministério da Educação e Saúde, concebidas como intrinsecamente imbricadas. O Presidente Vargas ‘abrasileirou’ os descendentes de imigrantes no Sul do Brasil, com a nacionalização compulsória, Decreto Federal 406, de 06 de maio de 1938 (BRASIL, 2013). Estes descendentes de imigrantes, que etnicamente não se identificavam como brasileiros, precisariam ser integrados à cultura nacional, pelas práticas e pelos saberes escolar. Hobsbawm e Ranger (1984) analisam a invenção das tradições como a ‘invenção da nação’, por meio da escola, com a implantação de várias práticas escolares, como os desfiles e as comemorações cívicas. O Estado exercia seu poder coercitivo, impondo a demonstração do civismo e do pertencimento nacional.

A escola levando à ‘civilização’ aos caboclos e filhos dos colonos

Ao chegar à escola as crianças entravam num verdadeiro ‘laboratório’. Elas eram reguladas por uma bateria de exames psicológicos, físicos, médicos e outros. Nos anos Vargas, professores, pais e alunos eram ensinados a trabalhar juntos para realizar o ideal do futuro. Os eugenistas acreditavam que alunos brancos, ricos, eram mais qualificados e isso

podia ser mensurado por meio dos exames e testes. As crianças mais pobres ou negras eram deficientes porque os testes indicavam. Os testes escolares que mediam a aprendizagem demonstravam que havia os alunos pobres eram os que mais repetiam o ano. Estes eram classificados como medíocres, de maus modos, agressivos, pelos seus professores. Estes alunos eram em sua maioria pobres e pretos (D’ÁVILA, 2006).

No Paraná, desde a década de 1920, os esforços eugênicos para a construção do cidadão estavam implementados. Muitos alunos eram descendentes de europeus, então, não havia como ‘branquear’ a sua cor, mas melhorar os seus modos e atitudes. Dizia o Inspetor de Ensino, Cezar P. Martinez, que era necessário levar a ‘civilização’ aos caboclos do litoral e aos filhos dos colonos do interior. É a face do nacionalismo eugênico do país. Neste sentido, para a mesma autoridade de ensino, “[...] a vadiagem era o maior mal do nosso povo” (PARANÁ, 1923, p. 22). Os caboclos eram retratados como o símbolo da preguiça e da falta de vontade de trabalhar. Essa situação deveria ser sanada e os Professores eram imprescindíveis nesta ‘Cruzada’. Portanto, não era conveniente deixar um professor muitos anos num mesmo povoado, pelo fato de adaptar-se aos costumes locais, pois ali eles perdiam a energia para os estudos tornando-se verdadeiros ‘sertanejos’. Esta fala é representativa no sentido de como as autoridades viam o homem do interior, como as professoras não poderiam se ‘contaminar’ e tornarem-se sertanejas nos hábitos, na falta de vitalidade.

As representações do homem brasileiro não são muito distantes daquelas do final do século XIX, que o viam como indolente, sem vigor, preguiçoso, e naquela época havia a necessidade de trazer trabalhadores brancos viris, fortes e com disposição para o trabalho. Ainda nos anos de 1920/40, as representações da população cabocla do Paraná não eram diferente muito das referências dos trabalhadores nacionais.

[...] domina-os a preguiça, pesa sobre eles o labéu da indolência. [...] É sabido que entre o nacional e o estrangeiro existe uma diferença enorme. O estrangeiro começa sua vida em condições precárias e logo vence e o caboclo [...] continua na sua palhoça, descalço, sem roupas, dormindo no chão. (PARANÁ, 1923, p. 18).

O Relatório de Governo, acima citado, traz implícitas as mesmas referências aos caboclos que existiam algumas décadas anteriores. Neste sentido, a educação representava a redenção da nação e as professoras normalistas tinham a missão de

[...] reerguer nosso caboclo, ensinando-o a defender-se das doenças que o aniquilam e roubam-lhe a vontade do trabalho, e armando-o de conhecimentos para melhores proveitos tirar da rendosa indústria da pesca e da lavoura que aí são tão promissoras. (PARANÁ, 1924, p. 27).

O professor, tal qual o missionário irá combater estes males para a conversão e produção do cidadão nacional: saudável, disciplinado, ordeiro, virtuoso e trabalhador. Moldar o cidadão nacional. Perguntava a mesma autoridade de ensino, qual seria o papel da escola pública ante tal missão? Ensinar lições, lições de moral, saúde, para que o sujeito fosse ‘sanado’ física e moralmente. Ensinar-lhes as conveniências do uso de sapatos, de manter limpas as mãos, olhos, unhas, cabelos, enfim, inculcar-lhes os hábitos de higiene, pois

[...] o caboclinho deve formar a sua inteligência à luz de uma inteligência bem esclarecida [...] a higiene rural encontrará seu melhor auxiliar e a Pátria os meios eficazes para nacionalizar seus próprios filhos, energias dispersas as quais, constituirão força prodigiosa de incalculável valor econômico e cívico. (PARANÁ, 1924, p. 26).

Os professores tinham a missão de formar o cidadão nacional balizados nos princípios das ciências, da higiene e do patriotismo. Conforme idealizara o Inspetor Martinez, nos anos de 1920, era uma ‘Santa Cruzada’ pela alfabetização e pela produção de um novo cidadão nacional. A eugeniação da população do Paraná deveria ser pela adoção de medidas de higiene e saúde, pelo asseio do corpo, do vestuário, os cuidados com os pés, mãos, boca, olhos etc., livrando a população dos males do álcool e dos vícios. Tornava-se imperioso construir esse novo homem e à escola estava reservado um papel importante nos ensinamentos físicos, morais, intelectuais e de higiene.

Complementando a formação do caráter dos alunos, nos anos de 1920, foram introduzidas as aulas de cantos patrióticos, nas escolas do Paraná. Estas aulas teriam o caráter pedagógico de formação do sentimento de pertencimento nacional. Neste sentido, as atividades

[...] organizadas, enquadradas por especialistas, regulam e estruturam o tempo das crianças. [...] Uma parcela dessas atividades depende da aprendizagem no decorrer das quais a repetição, o respeito às regras [...] são essenciais. (VINCENT et al., 2001, p. 39-40)

A entonação diária dos hinos, principalmente nas áreas de imigração, deveria ser uma prática diária até ser internalizada e naturalizada, formando o sentimento de pertencimento à nação. À medida que a legislação escolar obrigava a comemoração das

datas cívicas brasileiras, elas ganhavam visibilidade nas ruas. As demonstrações de civismo se revelam nos desfiles e paradas cívicas, das datas e eventos nacionais, registrados pela imprensa. O Decreto 19.488, de 15 de dezembro de 1930, estabelecia que em todos os estabelecimentos de ensino, os alunos deveriam obrigatoriamente cantar o Hino Nacional (BRASIL, 1930). Souza (1999, p. 134) entende que “[...] ao tornar as datas cívicas uma atividade escolar, o Estado fez da escola primária um instrumento de perpetuação da memória nacional”.

Para a Inspeção de Ensino, a música era um instrumento de divulgação das canções patrióticas e, com grande contribuição na formação cívica dos alunos, aperfeiçoamento moral, intelectual e físico. Entre outras contribuições, o Inspetor de Ensino, em 1920, avaliava os benefícios destas aulas sobre o aparelho respiratório, auditivo, possibilidade de disciplina, de formação cívica e também de influência sobre o moral na dulcificação do caráter e atenuando os maus instintos. Era um aparato tecnopolítico, constituído por muitos regulamentos para controlar ou corrigir as operações do corpo (FOUCAULT, 1983).

Este conjunto de medidas e normas objetivava a homogeneização da formação do cidadão nacional, segundo os preceitos do estado: livre de vícios, com vigor e aptidão para o trabalho. Além disso, havia um conjunto de normatizações a serem seguidas pelas escolas, como a unificação do calendário escolar, homogeneização dos saberes escolares a todas as escolas, determinados pela legislação e também a doação de livros didáticos prescritos. Os livros didáticos ao serem manuseados e lidos pelos estudantes possibilitariam a formação escolar e cívica. Para o Inspetor de Ensino, em 1921, uns livros eram complementares a leitura, outros se dirigiam à inteligência e outros formavam para o civismo, o respeito às leis e à ordem, contribuindo para a formação de cidadãos ordeiros, responsáveis e patrióticos. Michel Foucault (1981) afirma que o poder exerce suas ações para dominar, dirigir governar. Entendendo que o Estado legou à escola o papel da formação do cidadão nacional, a ele cabe legislar, fiscalizar e governar para a execução desta intenção.

A Infância: depositária do futuro nos jornais escolares

No Estado do Paraná, a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comercio, publicou em 1912, a *Revista Casa do Lavrador*. Era destinado aos agricultores e às mães, com lições de cuidados com higiene, asseio, alimentos e atendimento aos filhos. Era uma forma de ensinar, além da escola as práticas e hábitos

saudáveis, através das mães. Os agricultores e as mães, quando internalizassem as lições de higiene, estariam produzindo uma nova condição de vida à sua família. Neste periódico, as lições de higiene e cuidado com os alimentos, o corpo, os filhos pequenos, são inseridos em doses homeopáticas para que, aos poucos fossem internalizados pelos leitores. Sob as luzes do Movimento Sanitarista, os caboclos e os agricultores do interior do Paraná precisavam ser ‘esclarecidos’ da importância do corpo saudável e das práticas higiênicas, ensinadas pelas publicações oficiais.

Posteriormente, em 1922, a Diretoria Geral de Educação, publicou a *Revista Ensino*, dirigida aos professores. Nesta publicação havia lições de higiene, de civismo e também as políticas governamentais para que os professores pudessem ensinar seus alunos. Poucos números desta Revista foram publicados, mas, apresentavam a política do Estado para o ensino, para a nacionalização dos imigrantes e também o civismo. Era o Estado mostrando-se aos professores. A capa deste periódico traz a ilustração de um casal de alunos a caminho da escola. São dois jovens brancos, asseados, usando sapatos nos pés, numa demonstração de higiene, numa época em que o uso de sapatos era restrito.

Para o Estado Novo, a escola deveria preparar as novas gerações a serviço do Estado Nacional. Nesta perspectiva ufanista, o Brasil daquela época precisava avançar para constituir a sua civilização. A educação brasileira tinha por fim preparar o povo para o domínio definitivo do Brasil, daí a importância da educação cívica, ensinando a amar, defender e honrar a pátria. A imprensa foi usada para divulgar o Estado Novo. No Paraná, 1939 a 1942, foram publicados, os jornais escolares, denominados de *Imprensa Escolar*. Cada escola tinha o seu jornal onde divulgava lições de patriotismo, civismo, a política do Estado Novo numa linguagem elogiosa ao regime em vigor. As imagens dos heróis nacionais e em especial do Presidente da República – Getúlio Vargas- formavam o quadro de representações da Pátria.

O Estado Novo usou a imprensa como ferramenta de divulgação do seu governo e da ideologia oficial.

Através do discurso visual, oral e escrito, os conceitos de unidade, raça, trabalho e ordem eram repetidos com frequência, contribuindo para a sedução da população, analfabeta em sua maioria. A repetição de mensagens ufanistas reforçava no povo a imagem de que todos eram filhos do Brasil, trabalhadores, esportistas, ágeis, fortes... [...] Foi com esse espírito de aperfeiçoamento do corpo e da raça-

que durante o Estado Novo se tornaram disciplinas obrigatórias nas escolas públicas a Educação Moral e Cívica e a educação Física e esportiva. (CARNEIRO, 1994, p. 38)

Nesses jornais, os alunos produziam textos, redações, poesias onde pudessem manifestar seu amor ao país. Cada escola tinha seu periódico, que era publicado em datas cívicas como 21 de abril, 7 de setembro e 15 de novembro. A Imprensa Escolar anunciava como eram importantes a infância e a juventude para o Estado Novo, pois elas representavam o porvir. As palavras de ordem eram: ‘Na infância está o futuro da pátria’, ‘Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste’, ‘Aos lampejos da razão desenvolve-se na escola um brilhante porvir’. A escola enquanto uma instituição foi instigada a participar da divulgação do Estado Novo, usando as falas dos alunos como porta-vozes do regime.

Outro periódico que circulou durante o Estado Novo, foi a *Revista Escoteiro do Brasil*. Foi publicado em Curitiba, em 1938, pela Federação dos Escoteiros do Paraná e Santa Catarina. A primeira edição traz a imagem do Presidente Vargas estampada na capa, enunciando seu teor de porta voz do Estado Novo. Era composta por artigos, poesias, textos referentes à importância do escotismo na formação moral dos jovens. Esta Revista reproduzia a ideologia do Estado Novo na perspectiva de formação da juventude com hábitos saudáveis e com caráter cívico. A juventude era considerada como o porvir, pelos textos que enalteciam o país e os jovens. De forma ufanista reproduzia trechos dos discursos de Vargas, elogiando o Estado Novo. Usavam expressões de impactos como: Brasil forte e unido e educação dos jovens para o amanhã. Para as meninas a publicação propunha o bandeirantismo.

Ainda, a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná publicou de 1940 a 1947 o *Jornal Labor*, em 19 edições. Os textos eram produzidos pelos professores e alunos da instituição, com teor ufanista com relação ao país, ao progresso e ao Estado Novo. Os textos, artigos e poesias enalteciam o Estado Novo, o Presidente da República, o Ministro da Educação, o Interventor do Paraná (Manoel Ribas). Mereceu destaque também o trabalho, a disciplina e a ordem. As capas eram padronizadas e apresentam ilustrações de autoridades e personalidades históricas, como Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, Manoel Ribas, Nilo Peçanha e Santos Dumont. A edição número 4 foi dedicada ao Interventor Manoel Ribas e à política das Escolas Rurais do Paraná. Este número apresentou com grande destaque o ensino agrícola primário no Paraná, as escolas de trabalhadores rurais e escolas de

pescadores. Estas escolas eram criadas especialmente para os meninos pobres e desvalidos e representava o olhar do Estado na 'salvação' da infância pobre e seu encaminhamento para o trabalho. O Presidente da República e o Interventor do Paraná são apresentados como os grandes benfeitores da nação, a quem os alunos e professores devem respeito e reverência. A formação para o trabalho é tema constante deste Jornal. As imagens reproduzidas nas páginas dos jornais escolares mostram a internalização destes valores.

Estes periódicos, cunhados pelo Estado, tinham como objetivo de divulgar o Estado Novo, e também contribuir na formação do cidadão nacional, pelas lições de patriotismo e civismo. O poder usa meios espetaculares para marcar sua entrada na história: comemorações, festas ou mesmo a construção de monumentos (CAPELATO, 1998). A infância e a juventude eram entendidas como as depositárias do futuro, desde que fossem ordeiras, disciplinadas e bem encaminhadas. Objetivavam também inculcar os valores morais e cívicos desde a tenra idade.

Considerações finais

Considerando que o Paraná é um Estado que recebeu milhares de imigrantes europeus desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX, coube à escola em especial incrementar as políticas estatais de conduzir estes alunos, filhos de colonos e caboclos em sua maioria às luzes da civilidade. As políticas de branqueamento da população, no Paraná, seriam políticas de higienização principalmente da população rural, visto que a grande maioria tinha a pele branca. Não fazia sentido 'branquear' a população descendente de imigrantes europeus (brancos), mas sim evitar que os maus hábitos se avultassem. Deveriam ser descartadas as práticas sociais e culturais da população cabocla, negra ou indígena e desta forma moldar os modos dos jovens, 'branquear' as suas atitudes.

Os exames de saúde, exames psicológicos e os exames fisiológicos a que os alunos eram submetidos nas escolas, eram o acompanhamento e detalhamento das políticas oficiais de moldar o cidadão nacional. Portanto, na escola as crianças aprendiam as melhores virtudes de um cidadão, como as lições de saúde física e moral, combater a preguiça e os vícios, enfim seriam transmitidas aos seus pais.

Os jornais e revistas escolares publicizaram as ações do Estado na formação do cidadão do futuro: saudável, forte, viril e cívico. Através das redações, poesias, textos os alunos demonstravam a internalização destes valores aprendidos na escola. Os jornais escolares foram

importante elemento da cultura escolar, que permite que se conheçam melhor as ações e imposições do Estado e a dinâmica da escola, ao incorporar e pôr em movimento as prescrições legais, produzindo a cultura escolar. Por fim, as políticas de Estado, e o biopoder encontram na escola um campo fértil para as suas ações. A higiene e a educação contribuíram na homogeneização da população.

Referências

- BERTUCCI, L. M. Anos 1910: educação e saúde para formar o povo brasileiro. In: DINIS, N. F.; BERTUCCI, L. M. (Org.). **Múltiplas faces do educar**: processos de aprendizagem, educação e saúde: formação docente. Curitiba: UFPR, 2007. p. 115-124.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007.
- BRASIL. **Decreto Federal 406/38**. Sobre a nacionalização do Ensino. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1938-05-04;406>>. Acesso em: 25 jan. 2013.
- BRASIL. **Decreto n.º 19.488** de 15 de dezembro de 1930. Exige a celebração das festas nacionais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19488-15-dezembro-1930-508040-republicacao-85201-pe.html>>. Acesso em: 26 jan. 2013.
- CAPELATO, M. H. R. **Multidões em cena** – propaganda política no Varguismo e no Peronismo. Campinas: Papyrus, 1998.
- CARNEIRO, M. L. T. **O racismo na História do Brasil**. Mito e realidade. São Paulo: Ática, 1994.
- DA MATTA, R. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981.
- D'ÁVILA, J. **Diploma de brancura**. Política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Unesp, 2006.
- FARIA FILHO, L. M. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: VIDAL, D. G.; GONDRA, J. G.; FARIA FILHO, L. M.; DUARTE, R. H. (Ed.). **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autentica 1998. p. 89-125.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1983.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. São Paulo: Graal, 2002. v. 3.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IMPRESA ESCOLAR. Curitiba: Diretoria Geral de Ensino, 1939-1942.

- LENHARO, A. **A sacralização da política**. Campinas: Unicamp, 1989.
- MARQUES, V. R. B. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas: Unicamp, 1994.
- PARANÁ. **Decreto 17, de 9 de jan de 1917**. Coleção de Decretos e Regulamentos de 1917. Curitiba: Typografia D'A República, 1917.
- PARANÁ. **Relatório de Governo**. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1921.
- PARANÁ. **Relatório de Governo**. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1923.
- PARANÁ. **Relatório de Governo**. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1924.
- PENNA, B. A Educação Hygiênica na Escola. **Educação**. vol. 2, n. 1, p. 19-25, 1928.
- RAMOS, A. **A família e a escola**. Conselhos de Higiene mental aos pais. Série D - Vulgarização. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Departamento de Educação do Distrito Federal, 1934.
- REVISTA CASA DO LAVRADOR. Curitiba: Typografia da Penitenciária, n. 1 jul., 1912.
- REVISTA ESCOTEIRO DO BRASIL. Curitiba: Federação dos Escoteiros do Paraná e Santa Catarina, ano 1, n. 1, jul., 1938.
- REVISTA LABOR. Curitiba: Escola de Aprendizes e Artífices do Paraná, 1940-1942.
- REVISTA O ENSINO. Curitiba: Diretoria Geral de Ensino, ano 1, n. 1, jan., 1922.
- SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SKIDMORE, T. **Preto no branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOUZA, R. F. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino primário paulista (1892-1933). **Educação e Pesquisa**, v. 25. n. 2, p. 127-143, 1999.
- VINCENT, G, LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**, n. 33, p. 7-47, jun., 2001.
- WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: UNB, 1991.

Received on January 22, 2013.

Accepted on April 17, 2013.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.